



Prof. Dr. António Nóvoa

António Nóvoa é Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra (1986) e Doutor em História Moderna e Contemporânea pela Universidade de Paris IV – Sorbonne (2006). Doutor honoris causa pela Universidade do Algarve (2015), pela Universidade de Brasília (2015), pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017) e pela Universidade Federal de Santa Maria (2019). Professor catedrático e Reitor honorário da Universidade de Lisboa. Embaixador de Portugal junto a Unesco. Consagrado como grande expoente na área da educação e reconhecido internacionalmente no debate educacional contemporâneo.

A pandemia de Covid-19 e o futuro da Educação

1. Revista *Com Censo* (RCC) - Vê-se uma aceleração inesperada no processo de adesão às tecnologias educacionais no contexto de restrições impostas pela pandemia do Covid-19, que antes eram apenas uma tendência crescente no horizonte dos sistemas de ensino, mas agora se colocam como uma imposição imediata e inadiável para a continuidade mínima da vida escolar dos estudantes. Como enxerga essa necessidade brusca e generalizada de adesão às tecnologias nas relações escolares e essa necessidade de se conceber e criar ambientes educativos capazes de prosperar nessa situação?

António Nóvoa - Logo no início da crise, a UNESCO lançou um movimento *#learningneverstops* (a aprendizagem nunca pára) para marcar a necessidade de manter os vínculos com os alunos. Num momento dramático da nossa história colectiva, seria inaceitável que a escola pública fechasse as portas e não quisesse saber dos seus alunos. Isso obrigou a um recurso extensivo às tecnologias. De um modo geral, ninguém estava preparado para esta situação e a avaliação que, hoje, já podemos fazer revela aspectos negativos, como as desigualdades e o empobrecimento pedagógico, mas também positivos, como a ligação com as famílias e a inventividade de muitos professores.

É preciso reconhecer os esforços para manter uma ligação com os alunos e com as famílias. Os governos deram respostas frágeis, e as escolas também. As melhores respostas, em todo o mundo, foram dadas por professores que, em colaboração uns com os outros e com as famílias, conseguiram pôr de pé estratégias pedagógicas significativas para este tempo tão difícil. Um autor francês, Alain Bouvier, chega mesmo a afirmar que os professores salvaram a escola. Este é, talvez, o aspecto mais positivo de tudo o que se está a passar,

pois reforça a profissão docente e o seu reconhecimento social e abre novas perspectivas de futuro. Em muitos países começam a ser publicados livros que descrevem e reflectem sobre estas experiências, algumas de grande interesse, nomeadamente para pensarmos o futuro.

No que diz respeito às tecnologias, é evidente que elas fazem parte da cultura digital das sociedades contemporâneas e que seria absurdo que ficassem fora da escola e não fossem utilizadas do ponto de vista pedagógico. Seria impensável. São instrumentos essenciais para as aprendizagens, nas mãos de professores e alunos. Outra coisa bem diferente é imaginar que tudo se passará *on-line*, à distância, com os gigantes do digital, os GAFAM (Google, Amazon, Facebook, Apple, Microsoft) a tomarem conta da educação, apoiados por grupos privados e fundações que, através de apostilas digitais, controlariam o ensino e as aprendizagens.

Para alguns, o futuro passa pelas tecnologias e por uma espécie de “domesticação” das aprendizagens, isto é, de um reforço do espaço doméstico, familiar, na educação das crianças. Para outros, entre os quais me incluo, o importante é o reforço do espaço público da educação, no qual, certamente, as famílias têm um papel importante, mas as escolas também, enquanto lugares de socialização e de convivialidade (os lugares onde se aprende a viver em comum).

Para alguns, o futuro passa pelo fim da escola, pela sua desintegração ou fragmentação, acentuando o princípio da educação como um “bem privado”, que cada um consome de forma personalizada. Para outros, entre os quais me incluo, a instituição escolar é indispensável à educação das crianças, uma instituição que deve transformar-se profundamente e passará, talvez, a aparentar-se mais com uma grande biblioteca ou um grande laboratório de pesquisa do que com as escolas tal como as conhecemos.

O que devemos pensar, num horizonte de futuro?

Primeiro - Não transformar a “anormalidade” da presente crise em normalidade, isto é, não pensar que o futuro da escola passa pelo retraimento ou clausura em espaços domésticos ou privados, através de um uso extensivo da “aprendizagem à distância”. Uma orientação deste tipo acentuaria as tendências para considerar os alunos como consumidores/clientes, bem como as lógicas de mercantilização ou comercialização, pondo em causa a educação como um bem público. O pior da crise pode mesmo ser o pós-crise.

Segundo - Compreender que, depois da crise, os espaços-tempos escolares devem ser reorganizados, construindo novos ambientes colectivos de aprendizagem (novos ambientes educativos), que sejam também capazes de valorizar a *capilaridade*, isto é, a existência de possibilidades educativas em muitos outros espaços de cultura, de conhecimento e de criação. A inclusão,

a diversidade e a cooperação são marcas centrais da metamorfose da escola.

Terceiro - Repensar as bases do currículo, concentrando a atenção nas linguagens (a capacidade de ler e interpretar as diferentes realidades), no conhecimento sobre o conhecimento (a capacidade de distinguir e interpretar a abundância de dados e informações) e na inteligência do mundo (a capacidade de interligar, de compreender, os grandes temas da humanidade). Os 17 Objectivos do Desenvolvimento Sustentável poderiam ser pensados como fontes do currículo.

2. RCC - O contexto de restrições impostas pela pandemia do Covid-19 traz como consequência a celeridade dos processos de modernização das relações educativas e intensifica a tendência do professor migrar de um perfil individual - que trabalha sozinho com a sua turma - para um modo de atuação coletivo, com outros professores e outras formas de organização pedagógica. Acha que o impulso dado por este contexto de restrições para um desenvolvimento acelerado desses processos trará benefícios para a formação de professores após esse período?

António Nóvoa - Como já disse, as melhores respostas à pandemia não vieram dos governos ou dos ministérios da educação, mas antes de professores que, trabalhando em conjunto, foram capazes de manter o vínculo com os seus alunos para os apoiar nas aprendizagens. Em muitos casos, as famílias compreenderam melhor a dificuldade e a complexidade do trabalho dos professores. Isso pode trazer uma valorização do trabalho docente e criar as condições para um maior reconhecimento social da profissão.

Os livros que estão a ser publicados com as experiências docentes durante a pandemia revelam que muitos professores foram para além dos seus deveres profissionais e agiram com grande compromisso e responsabilidade. A confiança é um elemento central para o futuro da profissão docente. A confiança e a colaboração no seio da profissão.

A colaboração foi o elemento decisivo para as melhores respostas. Os professores, por vezes injustamente acusados de imobilismo, conseguiram dar respostas criativas e plenas de significado pedagógico. É certo que alguns ficaram numa lógica de protesto, incapazes de uma acção coerente e consequente. Mas esses são o *menos*; o *mais* são todos aqueles que agiram pelo bem público, pelo bem comum.

Esta é uma lição importante da crise, que nos deve levar a promover uma maior autonomia e liberdade dos professores. Hoje, está muito claro que nada pode substituir a colaboração entre professores, cuja função não é aplicar tecnologias prontas ou didáticas apostiladas, mas assumir plenamente o seu papel de construtores do conhecimento e da pedagogia. As capacidades de iniciativa, de experimentação e de inovação

manifestadas durante a pandemia devem ser alargadas e aprofundadas no futuro, como parte de uma nova afirmação profissional dos professores.

A chave de qualquer processo educativo está sempre na relação humana entre um aluno e um professor. Mas é evidente que, daqui para a frente, o papel dos professores vai sofrer alterações profundas. Estas alterações eram necessárias e já estavam em curso, mas a pandemia acelerou este processo e tornou mais urgentes as mudanças.

É importante criar novos ambientes escolares. O espaço escolar tradicional da “sala de aula” induz um determinado tipo de acção de professores e alunos, e torna inevitável uma didáctica centrada num professor dando aulas aos seus alunos. Outros ambientes, como o de uma biblioteca ou de um laboratório, pelo contrário, induzem o estudo, o trabalho em equipe, a pesquisa, a resolução de problemas, a comunicação, tudo aquilo que faz a educação do futuro. Já não se trata apenas de dar “aulas” ou “lições”, mas antes de preparar, orientar e apoiar o trabalho dos alunos.

Para isso, é preciso que os professores estejam muito bem preparados e que sejam capazes de trabalhar em equipe, em colaboração com os seus colegas. A formação de professores adquire, neste contexto, uma relevância ainda maior. É urgente transformar profundamente as concepções e os programas de formação de professores.

Temos de assumir, de uma vez por todas, que a formação de professores é uma formação profissional de nível superior, a formação para uma profissão baseada no conhecimento. Temos de compreender que qualquer formação profissional superior implica um elevadíssimo nível teórico e de autonomia, mas implica também um conhecimento do campo profissional, neste caso das escolas e da educação, uma ligação forte com os outros profissionais, a construção de uma identidade profissional que é, ao mesmo tempo, pessoal e colectiva. Temos de compreender que é fundamental seleccionar bem os estudantes que vão para as licenciaturas, e depois acompanhá-los desde a primeira hora, e depois dar-lhe uma formação teórica de alto nível, e ao mesmo tempo inseri-los no espaço da escola e da profissão, e depois cuidar bem do seu processo de indução profissional (de passagem de estudantes a professores), e depois construir dinâmicas colectivas de reflexão em torno das práticas pedagógicas, com a colaboração de professores da rede e de professores e investigadores universitários, e depois...

Enfim, já sabemos tudo isto, mas infelizmente, por bloqueios vários e falta de coragem, não temos sido capazes de concretizar aquilo que sabemos que é preciso fazer.

3. RCC - Neste momento de suspensão de aulas, o principal espaço educativo passa a ser a própria residência do estudante, o que cria uma exigência ainda maior para os familiares acompanharem e participarem das atividades educativas de seus filhos. O que acha sobre essa pressão intensificada junto à participação familiar nas práticas educacionais de seus filhos? Quais medidas poderiam amenizar as dificuldades encontradas nessa relação?

António Nóvoa - No início de 2020, o mundo foi surpreendido pela pandemia do Covid-19. De repente, o que era tido como impossível, transformou-se em poucos dias: diferentes espaços de aprendizagem, sobretudo em casa; diferentes horários de estudo e de trabalho; diferentes métodos pedagógicos, sobretudo através de ensino remoto; diferentes procedimentos de avaliação, etc. A necessidade impôs-se à inércia, ainda que com soluções frágeis e precárias.

É interessante notar que, desde o início do século XXI, vários grupos e autores anunciavam a “morte da escola”, acentuando uma perspectiva consumista da educação como bem privado. Assinalem-se, brevemente, duas destas tendências.

Por um lado, um conjunto díspar de referências à transição digital, à inteligência artificial ou às “máquinas de aprendizagem” (*learning machines*), apelando a novas formas de aprendizagem cada vez mais “personalizadas”, com forte recurso às tecnologias. Um autor como o médico francês Laurent Alexandre afirma mesmo que o futuro está numa cada vez maior individualização do ensino graças à utilização sistemática das tecnologias digitais com forte componente de inteligência artificial. Esta tendência estava preparada para responder à situação de emergência criada pela pandemia, através da mobilização de plataformas e de materiais de ensino disponíveis *on-line*. Num certo sentido, era a oportunidade de que estavam à espera. Porém, seria trágico, para a dimensão pública da educação, para a autonomia das escolas e para a profissionalidade dos professores, se as respostas dadas na urgência da crise fossem o pretexto para instituir uma qualquer nova normalidade educativa.

Por outro lado, um conjunto de autores e de cientistas que, nas últimas décadas, se juntam em torno das chamadas “ciências da aprendizagem” (*learning sciences*). Os estudos sobre o cérebro e as aprendizagens constituem um poderoso universo simbólico, reforçando a ideia de que é possível encontrar a resposta personalizada para cada criança e que esta resposta pode ser dada num espaço doméstico ou familiar. Esta tendência também estava preparada para responder à situação de emergência criada pela pandemia, com muitas famílias a recolherem-se em espaços protegidos e confinados e a procurarem dinâmicas individualizadas para os seus

filhos. Porém, seria trágico que estas práticas se perpetuassem no tempo, pois a educação exige relação e interação humana e não se faz em contextos de isolamento e de “distanciamento social”.

O apelo a uma “personalização” das aprendizagens em espaços “domésticos”, através do recurso a uma panóplia de meios digitais, conduz a uma desintegração da escola, em particular da escola pública, do comum. Obviamente, não é possível negar a importância do digital e das “ciências da aprendizagem” que são centrais para pensar a educação hoje. Mas estas abordagens devem estar ao serviço de uma transformação do modelo escolar que não diminua, mas antes reforce, a educação como bem público e comum.

No que diz respeito à questão das famílias, é muito interessante notar como as relações com os professores se alteraram rapidamente, pela força das circunstâncias. Em poucos dias alterou-se o que muitos consideravam ser impossível mudar: desde logo, o espaço das aprendizagens, da sala de aula para casa, com todas as consequências na vida familiar e social; depois, a organização do trabalho, da lição para o estudo através de trabalhos propostos pelos professores, realizados num *continuum* diário e não no tradicional horário escolar; finalmente, as modalidades de trabalho docente que se alteraram profundamente, com recurso a actividades várias, sobretudo através de dispositivos digitais.

Claro que tudo isto foi possível pela necessidade de preservar a saúde pública e de responder a uma crise de proporções mundiais. Mas mostrou que a mudança é possível. E esta mudança começa, desde logo, numa relação entre a escola e as famílias, que todos, hoje, compreendem ser fundamental. Isso implica que todos respeitem as esferas de acção de uns e de outros, que os professores entendam que a participação das famílias é fundamental, desde que respeitem a autonomia profissional dos professores. Uma coisa é a educação familiar outra a educação escolar. Alguns acreditam que a pandemia veio fundir uma com a outra, trazendo a educação escolar para dentro dos espaços familiares. Não é a minha perspectiva. Quero que estas duas educações sejam respeitadas, na sua diferença, pois só assim poderemos proteger os direitos das crianças e, em particular, o direito de receberem uma educação mais ampla do que aquela que recebem em casa. Educar, como escreveu Michel Serres ao longo da sua vida, é fazer uma viagem, que nos abre novas possibilidades, novos horizontes, para além daqueles que definem a nossa família ou a nossa comunidade. Se abdicarmos desta perspectiva e quisermos fechar a educação dentro das famílias, acabaremos por perder a escola, em tudo aquilo que a define como espaço de conhecimento, de cultura e de cidadania.

4. RCC - Uma vez disse: “A escola brasileira precisa, ao mesmo tempo, de acabar o século XX e de entrar no século XXI”. No sentido de que o Brasil ainda precisava cumprir a promessa do século passado de fornecer uma educação de qualidade a todas as crianças, contudo sem abrir mão de seguir as tendências da revolução digital que está em curso neste século. O contexto de restrições impostas pela pandemia do Covid-19 parece intensificar o ritmo rumo ao desenvolvimento da revolução digital, porém talvez acabemos deixando de lado a tarefa do séc. XX, que ainda encontra-se pendente. O que poderia falar a respeito?

António Nóvoa - Estes dois movimentos não são contraditórios. Podemos recorrer aos instrumentos postos à disposição pela revolução digital para cumprir as promessas de uma escola pública de qualidade para todos. No Brasil há experiências pedagógicas e educadores notáveis, há muitas realidades, espalhadas por todo o país, que merecem atenção e elogio. Mas é verdade que, no geral, há ainda progressos importantes a fazer.

A ausência de uma escola pública de qualidade permitiu, em muitos lugares, o aparecimento de iniciativas privadas e, agora, de propostas digitais que, num certo sentido, procuram suprir essa ausência. O campo da educação nunca está desocupado – se as autoridades e as escolas públicas não o ocupam devidamente, abrem caminho para que outras entidades o façam. E isso diminui a dimensão pública, comum, da educação.

É preciso que haja um compromisso conjunto de toda a sociedade no sentido de uma valorização da escola pública e dos seus professores. A pandemia coloca-nos perante opções decisivas: vamos ter a coragem colectiva de assumir a educação pública como a prioridade das prioridades ou vamos deixar a educação ao cuidado, e ao serviço, de grupos privados e de plataformas digitais? Vamos valorizar os professores e o seu papel como profissionais autónomos e independentes ou vamos transformá-los em meros aplicadores ou acompanhadores dos conteúdos digitais? Vamos enriquecer a acção das escolas públicas como lugar de encontro entre todas as pessoas, independentemente das suas origens e condição, ou vamos levar toda a educação para espaços domésticos e privados? Que sociedade queremos? Que escola queremos? Que futuro queremos? As respostas vão ser dadas nos próximos tempos, mas vão definir todo o século XXI.

5. RCC - Por fim, diante deste contexto de restrições impostas pela pandemia do Covid-19 e suas consequências, acha que a educação do futuro ganha nova perspectiva de entendimento?

António Nóvoa - A pandemia tornou muito visível o declínio do *modelo escolar*, algo que os historiadores vinham assinalando há vários anos, e a necessidade de abrir um novo tempo na vida da escola. A pandemia

acelerou a história e colocou-nos perante decisões que, agora, são inevitáveis.

De forma excessivamente simplificada, sobretudo para historiadores da educação, é possível definir o *modelo escolar* com base em três dimensões:

1. Sistemas educativos especializados, organizados em três grandes níveis – primário, secundário e terciário (ou superior) –, relativamente homogêneos, que vão impor progressivamente a obrigatoriedade escolar a todas as crianças.
2. Escolas normalizadas em torno de espaços semelhantes (e que têm como referência central a “sala de aula”), de tempos horários regulares, de um currículo por disciplinas e de uma estrutura didáctica baseada na lição.
3. Professores leccionando individualmente a alunos que são agrupados em turmas, por idades e nível de progresso nas aprendizagens.

Este *modelo escolar* (ou forma escolar ou gramática da escola), que se difunde mundialmente na segunda metade do século XIX, foi criticado por muitos ao longo do século XX, mas, no essencial, manteve-se inalterado até aos nossos dias.

O que vai acontecer agora? Há muitos futuros possíveis: uma resistência do *modelo escolar*, tentando sobreviver a qualquer dinâmica de mudança? Uma desintegração da escola, com uma personalização cada vez maior das aprendizagens, realizadas sobretudo em contexto familiar? Um recurso sistemático às tecnologias, e mesmo à inteligência artificial, acentuando as tendências da educação como um “bem de consumo”?

É difícil escrever a história do futuro, mas é necessário. Pela minha parte, quero envolver-me num processo de transformação profunda da escola, mas no quadro de um reforço das suas dimensões públicas. Assim como Maxine Greene, também eu não consigo

imaginar nenhum propósito coerente para a educação se alguma coisa *comum* não acontecer num espaço *público*.

Assim, retomando as três dimensões acima referidas, gostaria que caminhássemos no sentido de:

1. Um reforço do espaço público da educação, assumindo que a educação não se esgota na escola e que precisamos de novas ligações e compromissos, das famílias e da sociedade, na educação das crianças – muitas respostas à pandemia, em todo o mundo, revelaram a importância desta evolução.
2. Uma transformação da escola, com uma diversidade de espaços e de tempos de trabalho (estudo individual e em grupo, acompanhamento por parte dos professores, projectos de pesquisa, também lições, etc.), criando novos ambientes de estudo e de aprendizagem, dentro e fora da escola – as respostas mais interessantes à pandemia revelaram o sentido desta “metamorfose da escola”.
3. Uma alteração do papel dos professores, acentuando a sua responsabilidade perante a globalidade do trabalho educativo (acompanhamento, tutoria, apoio, etc., e não só “lições”), reforçando a sua acção na produção de conhecimento pedagógico e curricular e evoluindo para formas de acção colaborativa – as melhores respostas à pandemia foram resultado da colaboração entre grupos de professores.

Insisto. Este debate não é novo, mas a pandemia expô-lo com nitidez. A educação define-se sempre num tempo longuíssimo, nunca num tempo curto. Mas em certos momentos, como agora, as escolhas que temos perante nós tornam-se mais claras e mais urgentes. Não há inevitabilidades, nem histórias já determinadas. Em cada dia, decidimos um pouco, ou muito, da história do futuro. ■